BORIS JOHNSON

O FATOR CHURCHILL

COMO UM HOMEM FEZ HISTÓRIA

Irresistível. ***The Spectator***

D.QUIXOTE

BORIS JOHNSON

O FATOR CHURCHILL

Como um homem fez história

Tradução de
José Mendonça da Cruz

Para Leo F. Johnson

ÍNDICE

	Introdução: Um cão chamado Churchill	13
1	A proposta de Hitler	19
2	Um universo sem Churchill	33
3	O elefante-pária	44
4	O fator Randolph	58
5	Nenhuma ação peca por excesso de ousadia ou de nobreza	70
6	O grande ditador	83
7	O homem que mobilizou a língua inglesa	98
8	Um coração como deve ser	116
9	Minha querida Clementine	131
10	De que massa se faz um John Bull	148
11	«O político mais avançado da sua época»	162
12	Não há glória na carnificina	179
13	Os navios que marchavam	190
14	O motor intelectual de alta potência	205
15	Jogando roleta com a história	216
16	Gélido e implacável	241
17	Cortejando a América	257

18	O gigante da ilha que encolheu	273
19	A Guerra Fria e como ele a ganhou	292
20	Churchill, *o Europeu*	310
21	O arquiteto do Médio Oriente moderno	325
22	O significado atual do nome	348
23	O fator Churchill	364
	Cronologia dos acontecimentos	371
	Agradecimentos	377
	Bibliografia	381
	Notas sobre as fontes	389
	Créditos das imagens	415
	Índice onomástico	423

O autor e os editores gostariam de registar o apoio e o aconselhamento do The Churchill Arquive, sediado no Churchill College, em Cambridge, na pesquisa e na escrita deste livro.

Para saber mais sobre Winston Churchill e as organizações que constituem o seu legado vivo, consultar www.churchillcentral.com

INTRODUÇÃO

UM CÃO CHAMADO CHURCHILL

Enquanto jovem nunca tive dúvidas: Churchill foi, sem dúvida, o maior estadista que a Grã-Bretanha alguma vez gerou. E desde muito tenra idade formei uma ideia clara dos seus feitos: foi ele que conduziu o meu país à vitória, contra todas as probabilidades e contra uma das mais desprezíveis tiranias que o mundo alguma vez viu.

Conhecia os traços essenciais da sua história. O meu irmão Leo e eu costumávamos mergulhar na *Life in Pictures,* obra biográfica de Martin Gilbert, a ponto de sabermos as legendas de cor.

Sabia que Churchill era mestre na arte da oratória, e o meu pai (como tantos outros) costumava citar algumas das suas frases mais célebres. E já na altura eu tinha consciência de que essa arte estava às portas da morte. Sabia que ele tinha graça, que era irreverente e que era politicamente incorreto até segundo os padrões da sua época.

À hora do jantar contavam-nos as histórias apócrifas. Aquela em que Churchill está na casa de banho e vêm informá-lo de que o lorde do Selo Privado[1] quer falar com ele, e ele responde que está selado na privada, etc. Conhecíamos aquela em que, alegadamen-

[1] Lord Privy Seal, antigo guardião do selo privado do monarca. O título não tem hoje conteúdo oficial, mas é normalmente atribuído a um ministro sem pasta do governo. (*N. do T.)*

te, Bessie Bradock, uma deputada socialista, lhe chamou bêbedo, e em que ele respondeu, com espantosa rudeza, que ela era feia, enquanto ele estaria sóbrio na manhã seguinte.

Acho que também sabíamos vagamente aquela do ministro conservador e do guarda real… Provavelmente conhecem-na, mas agora não interessa. Há dias, durante um almoço no Savoy, ouvi o neto de Churchill, Sir Nicholas Soames, contar a versão canónica.

Mesmo dando o devido desconto ao brilhantismo narrativo de Soames, a história tem ar de ser genuína, e diz alguma coisa sobre um dos temas principais deste livro: a grandeza do coração de Churchill.

«Um dos seus ministros conservadores era *esquisito*, não sei se estão a ver…», começou Soames num tom suficientemente alto para metade da sala o ouvir, «embora também fosse um dos grandes amigos do meu avô. Estava sempre a ser apanhado, mas, claro, nesses tempos a imprensa não estava em todo o lado e ninguém dizia nada. Mas um dia abusou da sorte e apanharam-no a fazer um serviço a um guarda real num banco do Hyde Park, às três da madrugada – e note-se que estávamos em fevereiro.

Foram logo informar o *chief whip*[1], que telefonou ao Jock Colville, que era o secretário pessoal do meu avô.

"Jock", começou por dizer o *chief whip*, "infelizmente, tenho muito más notícias sobre fulano. Foi a coisa do costume, mas a imprensa sabe e provavelmente vai publicar."

"Ai, santo Deus", disse o Colville.

"Acho que tenho de ir contar o caso pessoalmente ao primeiro-ministro."

"Pois, também acho que sim."

O *chief whip* foi até Chartwell [a casa de Churchill em Kent], e foi ter com o meu avô ao escritório, onde ele estava a trabalhar junto

[1] Correspondente ao presidente do grupo parlamentar. (*N. do T.*)

ao ambão. "Sim, *chief whip*", disse ele, meio voltado, "em que posso ajudá-lo?"

O *chief whip* lá explicou o triste caso. "Ele tem de sair", concluiu.

Fez-se uma longa pausa enquanto Churchill puxava o seu charuto. Depois disse: "Ouvi bem que o fulano foi apanhado com um guarda real?"

"Sim, primeiro-ministro."

"No Hyde Park?"

"Sim, primeiro-ministro."

"Num banco de jardim?"

"É verdade, primeiro-ministro."

"Às três da madrugada?"

"Exatamente, primeiro-ministro."

"Com o tempo que está! Santo Deus, homem, até dá orgulho ser britânico!"»

~

Eu sabia que durante a juventude ele fora incrivelmente valente, que matara homens com as próprias mãos, que estivera debaixo de fogo em quatro continentes, e que fora uma das primeiras pessoas a andar de avião. Sabia que era um bocado enfezado nos tempos em que frequentava a Harrow School, que media menos de 1,70 metros e tinha 80 centímeros de perímetro do tórax, que conseguira ultrapassar a gaguez, a depressão, e um pai pavoroso e tornar-se o maior cidadão inglês vivo.

Concluí que havia nele qualquer coisa de sagrado e mágico pelo facto de os meus avós ainda guardarem a primeira página do *Daily Express* do dia em que ele morreu, com 90 anos. Tive o prazer de ter nascido um ano antes, e, quanto mais lia acerca dele, mais orgulhoso ficava por ter vivido enquanto ele era vivo. Por isso, parece-me ainda mais triste e estranho que hoje – cerca de 50 anos após

a sua morte – ele esteja em risco de ser esquecido, ou que não seja corretamente lembrado.

Há dias dei por mim a comprar um charuto no aeroporto de um país do Médio Oriente, que terá sido provavelmente concebido por Churchill. Reparei que o charuto se chamava San Antonio Churchill e perguntei ao funcionário do *duty-free* se sabia quem era Churchill. Leu o nome devagar e eu pronunciei-lho para o ajudar.

– Charchil? – disse ele inexpressivamente.

– Da guerra – disse eu – da Segunda Guerra Mundial.

Depois olhou-me como que se sentisse uma luzinha bruxulear timidamente no mais recôndito da memória.

– Um líder antigo? – perguntou. – Sim, talvez, acho eu. Não sei. – E encolheu os ombros.

Acontece que a maior parte dos jovens de hoje não faria melhor. Os que dão atenção às aulas têm a ideia de que foi aquele tipo que combateu Hitler e salvou os judeus. Mas, segundo um inquérito recente, a maior parte dos jovens julga que Churchill é o cão do anúncio de uma seguradora britânica[1].

Penso que é uma grande pena, porque Churchill é obviamente uma personagem capaz de atrair a juventude de hoje. Era excêntrico, excessivo, desabrido, vestia de forma peculiar e era um génio consumado.

O que pretendo é dar alguma notícia sobre esse génio aos que possam não ter memória dele, ou o tenham esquecido – consciente de que há bastante atrevimento nesta minha pretensão.

Não sou historiador profissional e, como político, nem sequer sou digno de lhe desapertar os atacadores dos sapatos, nem mesmo os de Roy Jenkins, autor de uma soberba biografia de um volume; e sei que, como estudioso de Churchill, não chego aos calcanhares de Martin Gilbert, Andrew Roberts, Max Hastings, Richard Toye e tantos outros.

[1] O buldogue da Churchill Insurance Company. (*N. do T.)*

Tenho noção de que são publicadas centenas de livros todos os anos sobre o nosso herói. E, todavia, tenho a certeza de que é oportuno fazer um novo balanço, pois não podemos ter como garantida a sua reputação. Os soldados da Segunda Guerra Mundial vão desaparecendo, vamos perdendo os que ainda se lembram do tom da sua voz. E receio que corramos o risco de – por puro descaso – esquecer a medida dos seus feitos.

Hoje, temos mais ou menos certo que a Segunda Guerra Mundial foi ganha com sangue russo e dinheiro americano; e embora isso seja verdade até certo ponto, também é verdade que, sem Churchill, Hitler teria certamente vencido.

O que quero dizer é que os ganhos nazis na Europa podiam muito bem ter sido irreversíveis. Queixamo-nos hoje, com razão, das deficiências da União Europeia, mas esquecemos o horror absoluto desse tão possível mundo, entre os mundos possíveis.

Hoje, precisamos de recordar Churchill, e é necessário recordar como esse primeiro-ministro britânico contribuiu para moldar o mundo em que vivemos. Os vestígios da sua mente formadora vemo-los por todo o planeta, da Europa à Rússia, da África ao Médio Oriente.

Churchill é relevante por ter salvado a nossa civilização. E o mais importante é que só ele a poderia ter salvado.

Churchill desmente categoricamente as teses dos historiadores marxistas que veem na história uma mera narrativa de fatores económicos abrangentes e impessoais. O ponto central de *O Fator Churchill* é que um homem pode fazer a diferença.

Ao longo das sete décadas da sua vida pública conseguimos reconhecer vezes sem conta o impacto que a sua personalidade teve sobre o mundo e sobre os acontecimentos – sobre muito mais acontecimentos do que aqueles que hoje normalmente recordamos.

Churchill foi decisivo na fundação do Estado-Providência, no início do século XX. Contribuiu para que os britânicos tivessem

centros de emprego, pausa à hora do chá e subsídio de desemprego. Inventou a Royal Air Force e o tanque, e coube-lhe um papel absolutamente vital na intervenção – e posterior vitória – do país na Primeira Guerra Mundial. Foi indispensável para a fundação de Israel (e de outros países), para já não mencionar a campanha em prol de uma Europa unida.

Em vários momentos foi ele o castor que represou o fluxo dos acontecimentos; e nunca como em 1940 influenciou mais profundamente o curso da história.

O carácter é o destino, dizem os gregos, e eu concordo. E sendo assim, a questão mais profunda e mais fascinante é saber o que forma o carácter.

Que elementos lhe deram a capacidade de desempenhar um tão gigantesco papel? Em que forjas foram forjadas a sua mente cortante e a sua vontade férrea?

«Que bigorna, que corrente, em que fornalha se formou o seu cérebro?», como William Blake parece perguntar[1]. Eis a questão.

Mas, primeiro, tentemos convir sobre aquilo que Churchill fez.

[1] William Blake, poema *O Tigre.* (*N. do T.)*

CAPÍTULO 1

A PROPOSTA DE HITLER

Se anda à procura de um dos momentos decisivos da última guerra mundial, de um ponto de viragem na história do mundo, venha comigo. Vamos até uma sala sombria na Câmara dos Comuns – subimos uns quantos degraus, passamos por uma porta que range, percorremos um corredor mal iluminado, e cá estamos.

A sala não figura nas plantas do Palácio de Westminster por óbvias razões de segurança e, normalmente, os guias não a mostram. Aliás, a divisão de que falo já nem existe, pois foi bombardeada durante o Blitz. Mas a réplica é bastante fiel ao original.

É uma das salas utilizadas pelo primeiro-ministro quando ele ou ela desejam reunir com colegas nos Comuns, e não há necessidade de descrever a decoração em pormenor porque é inteiramente previsível: imagine-se uma profusão de couro verde e tachas de latão, pesados painéis de carvalho, papel de parede desenhado por Pugin, e algumas gravuras penduradas mais ou menos arbitrariamente. E imagine-se muito fumo, porque estamos na tarde do dia 28 de maio de 1940 e, nessa época, os políticos – incluindo o nosso herói – eram incansáveis consumidores de tabaco.

É seguro presumir que não entraria muita luz pelas janelas de caixilhos, mas a maioria das pessoas haveria de reconhecer as per-

sonagens principais. Eram sete ao todo, e formavam o Gabinete de Guerra da Grã-Bretanha.

O facto de estarem reunidos quase sem interrupção há três dias dá a justa medida da gravidade da crise que enfrentavam. Já iam na nona reunião desde 26 de maio, e ainda faltava encontrar resposta para a questão existencial que eles e o mundo enfrentavam.

Presidia o primeiro-ministro Winston Churchill. De um lado, com os colarinhos altos, pescoço rígido e bigode em forma de escova de dentes, estava Neville Chamberlain, ex-primeiro-ministro, que Churchill substituíra sem cerimónias. Com razão ou sem ela, Chamberlain fora acusado de ter subestimado gravemente a ameaça de Hitler e de ter fracassado na sua política de apaziguamento. Quando os nazis varreram os ingleses da Noruega no princípio desse mês, foi Chamberlain quem arcou com as culpas.

Estava também Lord Halifax, o alto e cadavérico ministro dos Negócios Estrangeiros, que nascera com a mão esquerda atrofiada, que escondia com uma luva preta. Estava Archibald Sinclair, líder do Partido Liberal, que Churchill tinha afastado. Estavam Clement Attlee e Arthur Greenwood, representantes do Partido Trabalhista, contra o qual Churchill dirigira algumas das suas mais acesas catilinárias. E estava o secretário do governo, Sir Edward Bridges, que tomava notas.

A questão perante o coletivo era muito simples, e já vinha sendo mastigada ao longo dos últimos dias, à medida que as notícias eram cada vez mais sombrias. Ninguém a formulara expressamente, mas todos tinham consciência dela. Devia a Grã-Bretanha combater ou não? Seria razoável que os soldados britânicos continuassem a morrer numa guerra que dava todos os sinais de estar perdida? Ou deviam os britânicos optar por algum tipo de acordo que poderia poupar centenas de milhares de vidas?

E se esse acordo tivesse sido celebrado então, e a guerra tivesse de facto terminado com o abandono britânico, poderia esse acordo ter salvado milhões de vidas em todo o mundo?

Não creio que haja na minha geração – e menos ainda na geração dos meus filhos – muita gente que tenha plena consciência de como estivemos perto disso, de como, serena e racionalmente, a Grã-Bretanha podia ter desistido em 1940. Eram muitas as vozes respeitadas e influentes que defendiam a abertura de «negociações». E não é difícil compreender porque o defendiam. As notícias chegadas de França não eram só más, eram incrivelmente más, e parecia não haver réstia de esperança de que pudessem melhorar. As tropas alemãs avançavam para Paris, esmagando as defesas francesas com um à-vontade tão insolente, que quase pareciam pertencer a uma nova estirpe de guerreiros, animada de superior vontade e eficácia. Os *panzers* de Hitler irrompiam não apenas através dos Países Baixos mas também pelas ravinas supostamente impenetráveis das Ardenas. A risível Linha Maginot fora ultrapassada.

Os generais franceses, de cabelos brancos e quépis à inspetor Clouseau, eram figuras patéticas e vacilantes. De cada vez que recuavam para novas posições defensivas, verificavam que os alemães arranjavam maneira de lá chegar: apareciam então os bombardeiros Stuka em voo picado, como almas danadas, e os blindados retomavam a ofensiva.

A Força Expedicionária Britânica fora isolada e encurralada numa bolsa junto aos portos do canal da Mancha. Empreendera uma breve tentativa de contra-ataque, mas fora repelida, e aguardava evacuação em Dunquerque. Se Hitler tivesse dado ouvidos aos seus generais, poderia ter-nos esmagado nesse momento, lançando o genial general Guderian e os seus tanques contra essa posição reduzida e praticamente indefesa. Podia ter abatido ou capturado o grosso da força de combate britânica e privado o país de toda a capacidade física para resistir.

Em vez disso, a Luftwaffe metralhava as praias; corpos de soldados britânicos flutuavam de borco nas águas do mar; os vivos disparavam as suas Lee Enfield para o ar, em vão; estavam a ser

feitos em pedaços pelos bombardeiros de voo picado. Nessas horas do dia 28 de maio parecia muito provável a generais e políticos britânicos, senão ao público em geral, que a maior parte das nossas tropas estava condenada.

O Gabinete de Guerra via-se perante a maior humilhação das forças armadas britânicas desde a perda das colónias americanas, e parecia não haver solução. Gelar-se-ia o sangue a quem olhasse para um mapa da Europa retratando a situação que o Gabinete de Guerra apreciava.

A Áustria fora engolida dois anos antes; a Checoslováquia deixara de existir; a Polónia fora esmagada; e nas últimas semanas Hitler juntara uma lista assombrosa de países ao seu portfólio de conquistas. Conquistara a Noruega ludibriando sem esforço os britânicos, Churchill incluído, que tinha passado meses a elaborar um plano para se antecipar. Capturara a Dinamarca em menos de quatro horas.

Os Países Baixos renderam-se. O rei belga, pusilânime, hasteara a bandeira branca à meia-noite do dia anterior. E a cada hora que passava, mais tropas francesas se rendiam – umas vezes depois de resistirem com incrível bravura, outras com uma desesperante e fatalista facilidade.

A consideração geoestratégica mais evidente nesse maio de 1940 era que a Grã-Bretanha – o Império Britânico – estava sozinha. Não havia qualquer hipótese realista de socorro, ou pelo menos de socorro imediato. Os italianos estavam contra nós. O líder fascista Mussolini celebrara um Pacto de Aço com Hitler e – agora que parecia que Hitler não podia perder – entraria na guerra como seu aliado.

Os russos tinham assinado o revoltante Pacto Molotov-Ribbentrop, mediante o qual concordaram dividir a Polónia com os nazis. Os americanos estavam alérgicos a mais guerras europeias, e compreensivelmente: tinham perdido mais de 56 000 homens na Primeira Guerra Mundial, e mais de 100 000 se incluirmos as vítimas da gripe. Ofereciam pouco mais do que rumores de distante

simpatia e, por mais que Churchill se esforçasse com a sua retórica, não havia indícios de que a carga da cavalaria americana fosse aparecer no topo da colina.

Cada um dos presentes na sala conhecia as consequências de continuar a combater. Sabiam tudo o que era preciso saber sobre a guerra; alguns tinham combatido na Grande Guerra e a memória hedionda da chacina tinha apenas 22 anos – para eles, estava mais perto no tempo do que a primeira Guerra do Golfo está para nós.

Não havia praticamente uma família na Grã-Bretanha que não tivesse sido tocada pela desgraça. Estaria certo – seria justo – pedir ao povo que passasse por tudo isso outra vez? E para quê?

Consultando as atas do Gabinete, a reunião terá começado com Lord Halifax, que foi diretamente ao cerne da questão, ou seja, à ideia que vinha defendendo há dias.

Halifax era uma figura impressionante. Alto, muito alto, com 1,95 m, ultrapassava Churchill em mais de 20 centímetros (embora me pareça que essa diferença perdia importância quando se sentavam em torno de uma mesa). Tinha-se formado em Eton, fora uma estrela académica e tinha a testa alta típica de um mestre do College of All Souls. (Churchill, não esqueçamos, não tinha frequentado a universidade, e só entrara em Sandhurst à terceira tentativa.) A julgar por filmagens da época, Halifax falava num tom de voz grave e melodioso, com uma dicção sincopada própria do seu tempo e da sua classe. Olhava através de uns óculos bastante grossos e talvez erguesse a mão direita, ligeiramente fechada, para vincar os seus argumentos.

Começou por dizer que a embaixada italiana tinha enviado uma mensagem e que estava na hora de a Grã-Bretanha tentar a mediação da Itália. Que a informação chegara através de Sir Robert Vansittart – e era inteligente invocar esse nome, pois Sir Robert Vansittart era um diplomata conhecido por ser ferozmente antialemão e contra a conciliação com Hitler. A mensagem vinha, portanto, embrulhada da forma mais elegante e apetecível, mas o seu significado era claro.

Não era uma mera abordagem de Mussolini: tratava-se, seguramente, de um sinal do seu parceiro mais importante. Com uma mensagem que enredava Whitehall e penetrava no coração da Câmara dos Comuns, era Hitler quem os sondava. Churchill tinha plena consciência do que estava a acontecer. Sabia bem que o primeiro-ministro francês, desesperado, estava na cidade e que acabara de almoçar com Halifax.

O senhor Paul Reynaud sabia que a França estava derrotada, sentia no mais fundo do seu ser aquilo que aos interlocutores britânicos parecia incrível, que o exército francês fora dobrado como um *origami* e a uma velocidade quase mágica. Reynaud tinha consciência de que a história da França havia de recordá-lo como uma das suas figuras mais detestáveis, e acreditava que, caso conseguisse persuadir os britânicos a juntarem-se às negociações, a humilhação poderia ser dividida e mitigada – e, acima de tudo, podia conseguir melhores condições para a França.

Era essa, portanto, a mensagem que os italianos transmitiam, apoiada pelos franceses e enviada pelo ditador alemão: a Grã-Bretanha devia optar pela sensatez e conformar-se com a realidade. Não conhecemos as palavras exatas da resposta de Churchill; apenas dispomos de um resumo lacónico e provavelmente depurado de Sir Edward Bridges. Não sabemos com precisão como atuou o primeiro-ministro perante os seus colegas nessa tarde, mas podemos fazer uma pequena ideia.

Segundo testemunhos da época, Churchill já evidenciaria sinais de cansaço. Tinha 65 anos e estava a levar os seus colaboradores e os seus generais à loucura com o hábito de trabalhar até de madrugada, alimentado a *brandy* e a licores, sempre a telefonar para Whitehall a solicitar documentos e informação, e chegando a convocar reuniões para horas em que a maioria dos homens de siso já havia recolhido com as respetivas mulheres.

Envergava a sua estranha vestimenta vitoriana/eduardiana, com colete preto e corrente de relógio de ouro, e calças de riscas, mais

parecendo um desses mordomos corpulentos e obesos da série *Downton Abbey*. Dizem que era pálido e macilento, o que parece crível. Juntemos-lhe um charuto, alguma cinza caída no colo, um punho fechado e um maxilar cerrado com um leve vestígio de baba.

Churchill disse a Halifax que esquecesse a ideia. Segundo rezam as atas, «o primeiro-ministro disse que era evidente que a intenção francesa era colocar o Signor Mussolini como intermediário entre nós e Herr Hitler. E que estava determinado a não se deixar colocar nessa posição».

Tinha plena consciência do que a proposta acarretava. A Grã-Bretanha estava em guerra com a Alemanha desde o dia 1 de setembro do ano anterior. Era uma guerra em nome da liberdade e de princípios, para defender a Grã-Bretanha e o império de uma tirania odiosa e, se possível, para expulsar os exércitos alemães dos Estados que subjugara. Aceitar «conversações» com Hitler, ou com os seus emissários, entrar em «negociações», sentar-se a uma mesa para qualquer tipo de discussão, só tinha um significado. Churchill sabia que, no preciso momento em que a Grã-Bretanha aceitasse uma proposta italiana de mediação, os tendões da resistência afrouxariam. Uma bandeira branca invisível pairaria sobre a Grã-Bretanha, e a vontade de resistir desvanecer-se-ia.

Por isso, disse não a Halifax, e há quem considere que tal devia ter bastado: o primeiro-ministro pronunciara-se sobre uma questão nacional de vida ou morte, e, em qualquer outro país, a questão teria ficado encerrada. Mas não é assim que a Constituição britânica funciona: o primeiro-ministro é *primus inter pares*, primeiro entre iguais; em certa medida, está obrigado a obter a concordância dos colegas; e para se compreenderem os mecanismos dessa conversa temos de relembrar a fragilidade da posição de Churchill.

Churchill era primeiro-ministro há menos de três semanas e estava longe de ser claro quem eram os seus aliados à volta daquela mesa. Attlee e Greenwood, o contingente trabalhista, eram geralmente seus

apoiantes (talvez Greenwood mais do que Attlee); e o mesmo se pode dizer de Sinclair, do Partido Liberal. Mas as suas vozes não eram decisivas. Os conservadores tinham uma boa maioria no Parlamento, e era nos conservadores que assentava o mandato de Churchill. Ora, os conservadores estavam longe de ter certezas sobre Winston Churchill.

Desde o momento em que emergira como jovem membro conservador do Parlamento, Churchill não se cansara de fustigar e satirizar o próprio partido; desertara depois para os liberais e, embora tivesse regressado ao redil, muitos conservadores viam-no como um oportunista sem escrúpulos. Apenas uns dias antes, as bancadas conservadoras tinham aplaudido ostensivamente a entrada de Chamberlain na Câmara e tinham ficado em silêncio quando Churchill chegou. Agora, estava perante dois conservadores poderosos – o próprio Chamberlain, lorde presidente do Conselho, e Edward Wood, primeiro conde de Halifax e ministro dos Negócios Estrangeiros. Ambos tinham um historial de conflitos com Churchill. Ambos tinham, a seu ver, razões para o considerar não apenas vulcânico mas também irracional e absolutamente perigoso.

Enquanto chanceler do Tesouro, Churchill irritara seriamente Chamberlain com o seu plano de baixar os impostos sobre a ocupação de imóveis comerciais – medida que Chamberlain considerava injusta por reduzir as receitas do governo local conservador –, para já não falar da permanente chuva de críticas a que Churchill submetera Chamberlain ao longo de meses e anos por não conseguir enfrentar Hitler. Halifax, por seu lado, fora vice-rei da Índia durante a década de 1930, e suportara o choque do que considerava a teimosa e extremista oposição de Churchill a tudo o que soasse a independência para a Índia.

Acresce que na posição política de Halifax havia, nesses sombrios dias de maio, um outro fator que lhe outorgava especial autoridade, até sobre Churchill. Chamberlain fora ferido de morte no dia 8 de maio, quando um grande número de conservadores lhe recusara apoio no debate sobre a Noruega; e nessa reunião

fatal de 9 de maio, Halifax fora o sucessor escolhido pelo primeiro-ministro demissionário. Chamberlain tinha querido Halifax. O rei Jorge VI queria Halifax. No Partido Trabalhista, na Câmara dos Lordes e, acima de tudo, na bancada conservadora, muitos preferiam ver Halifax como primeiro-ministro.

Aliás, a única razão para Churchill ter sido finalmente escolhido para o cargo foi o facto de Halifax – após dois pavorosos minutos de silêncio depois de Chamberlain lho ter oferecido – o ter recusado, não só porque seria difícil chefiar um governo com base no seu estatuto de membro não eleito da Câmara dos Lordes, mas porque, como afirmou expressamente, não via como poderia suportar as intromissões desabridas de Winston Churchill na ponte de comando.

Fosse como fosse, há de ter-lhe fortalecido a confiança pensar que fora a escolha do rei para primeiro-ministro. Apesar da clara oposição de Churchill, Halifax voltou à carga. O que propunha era, em retrospetiva, vergonhoso.

O plano consistia essencialmente em encetar negociações com os italianos, com a bênção de Hitler, nas quais a nossa jogada de abertura seria a entrega de várias possessões britânicas (ainda que não tenha dito quais, julga-se que seriam Malta, Gibraltar e a participação na gestão do canal de Suez).

O facto de se sentir capaz de propor esta ação a Churchill, revela bem a ousadia de Halifax. Premiar a agressão com a abertura de negociações? Entregar possessões britânicas a um tirano ridículo, de queixo empinado e botifarras, como Mussolini?

Churchill insistiu nas suas objeções. Os franceses estavam a tentar atrair-nos para o «terreno movediço» das conversações com Hitler e da capitulação. Ficaríamos numa posição muito mais forte, argumentou, quando os alemães tentassem a invasão e fracassassem.

Mas Halifax insistiu mais uma vez: era agora, antes que a França desistisse da guerra, que poderíamos obter melhores condições – antes que a Luftwaffe viesse destruir as nossas fábricas de aviões.

Hoje, contraímo-nos ao perceber o derrotismo do pobre Halifax, mas temos de compreender e perdoar a sua teimosia obstinada. Halifax tinha visto o seu carácter denegrido desde a publicação do livro *Guilty Men*, de Michael Foot, em julho de 1940, contra o apaziguamento.

Halifax fora encontrar-se com Hitler em 1937, e, embora em certa ocasião (com o seu quê de esplêndida) tenha confundido o Führer com um criado, temos de admitir que gozava de uma embaraçosa familiaridade com Göring. Ambos adoravam a caça à raposa, e Göring, num arroubo de cumplicidade genética, dera-lhe a alcunha de «Halalifax», porque *halali* era um grito de caça alemão. Mas é disparatado imaginá-lo como um hipotético apologista da Alemanha nazi, ou como a quinta-coluna no seio do governo britânico. À sua maneira, Halifax era tão patriota como Churchill.

Ele julgava ter encontrado um caminho para proteger a Grã-Bretanha, para salvaguardar o império, e para salvar vidas. E não se pense que estava sozinho. A classe dominante britânica era fértil – ou, no mínimo, estava manifestamente minada – em apaziguadores e pró-nazis. Não eram apenas os Mitfords nem os seguidores do candidato doméstico a *duce,* o líder fascista Sir Oswald Mosley.

Em 1936, Lady Nelly Cecil observava que quase todas as pessoas das suas relações eram «brandas para os nazis», e a razão era simples. Na década de 1930, a generalidade da classe alta temia muito mais o bolchevismo e a preocupante ideologia comunista de redistribuição do que Hitler. Aliás, viam o fascismo como uma barreira contra os vermelhos, e contavam com apoios políticos de alto nível.

David Lloyd George visitara a Alemanha e ficara tão deslumbrado com Hitler, que o comparara a George Washington. Hitler era um «líder nato», declarou, enlevado, o antigo primeiro-ministro britânico. Quem lhe dera que a Grã-Bretanha tivesse «hoje ao leme dos assuntos nacionais um homem da sua superior qualidade». E isto vinha de um herói da Primeira Guerra Mundial, do homem que conduzira a Grã-Bretanha à vitória sobre o Kaiser!

Chegara agora a vez de o encanecido feiticeiro galês ser enfeitiçado, de o antigo mentor de Churchill se transformar num derrotista dos sete costados. E não passara muito tempo desde que a imprensa entoara a mesma cantiga. Há muito que o *Daily Mail* fazia campanha para que se desse carta-branca a Hitler na Europa Oriental, a melhor maneira de bater os bolcheviques. «Se Hitler não existisse», escrevia o *Mail*, «era bem possível que toda a Europa Ocidental estivesse a clamar por "um campeão" como ele.»

O *The Times* tinha sido tão pró-apaziguamento, que o diretor, Geoffrey Dawson, chegou a contar que costumava rever as provas para retirar tudo o que pudesse ofender os alemães. O próprio barão da imprensa, Beaverbrook, cancelara a coluna de Churchill no *Evening Standard* a pretexto de ser demasiado dura com os nazis. Progressistas respeitáveis – gente do teatro como John Gielgud, Sybil Thorndike, ou George Bernard Shaw – faziam pressão para que o governo «considerasse» a hipótese de negociações.

É claro que a disposição geral mudara no último ano e que, sem surpresa, o antagonismo contra a Alemanha tinha endurecido e alastrara muito. O que estamos a dizer em defesa de Halifax é, apenas, que o seu desejo de paz tinha o apoio de muitos britânicos de todos os extratos da sociedade. Por isso, a discussão entre Halifax e o primeiro-ministro prosseguiu durante uma hora crucial.

Lá fora, estava um dia de maio quente e magnífico, e os castanheiros floriam em St. James's Park. Ali, prosseguia o jogo de pingue-pongue.

Churchill disse a Halifax que qualquer negociação com Hitler seria uma armadilha que poria a Grã-Bretanha à sua mercê; Halifax disse que não conseguia compreender o que estaria tão errado na proposta francesa.

Chamberlain e Greenwood intervieram com a observação (irrelevante) de que ambas as opções – continuar o combate ou entrar em negociações – eram arriscadas.

Eram cerca de cinco da tarde quando Halifax disse que nada na sua sugestão podia ser, nem remotamente, classificado como capitulação.

Churchill disse que as probabilidades de serem oferecidas condições minimamente decentes à Grã-Bretanha eram de uma para mil.

Estava-se num impasse. E foi nesse momento, segundo a maioria dos historiadores, que Churchill fez a sua jogada de mestre. Anunciou que a reunião ia ser suspensa e que seria reatada às 19h00. Reuniu então com todos os 25 elementos do seu governo, ministros de todas as pastas, muitos dos quais o ouviam pela primeira vez como primeiro-ministro. Consideremos a sua posição.

Churchill não conseguia persuadir Halifax, mas também não o podia esmagar ou ignorar. Ainda no dia anterior o ministro dos Estrangeiros tinha sido corajoso a ponto de o acusar de dizer «asneiras clamorosas». Se Halifax se demitisse, a posição de Churchill ficaria fragilizada. Afinal, não se podia dizer que as suas primeiras iniciativas como líder em tempo de guerra tivessem sido coroadas de êxito. A campanha da Noruega, de que era o principal responsável, saldara-se por um notável fiasco.

O apelo à razão falhara. Mas quanto maior é a audiência, mais emocional é o clima; e chegara o momento de Churchill apelar às emoções. Perante o pleno do governo, fez um discurso surpreendente, sem vestígios da contenção intelectual que fora obrigado a usar na reunião mais restrita. Estava na hora de recorrer a «asneiras clamorosas» e vitaminadas.

O melhor relato de que dispomos consta do diário de Hugh Dalton, ministro da Economia de Guerra, e não parece haver motivo para não ser considerado fidedigno. Churchill começou em tom bastante calmo.

> Pesei cuidadosamente ao longo dos últimos dias se faria parte dos meus deveres a consideração de estabelecer negociações com Aquele Homem [Hitler].

> Mas [é] inútil pensar que, se tentássemos celebrar a paz agora, obteríamos melhores condições do que as que obteríamos se continuássemos a combater. Os alemães exigiriam a nossa frota – chamariam a isso desarmamento –, as nossas bases navais e muito mais.
>
> Teríamos de nos tornar um Estado-escravo, ainda que viesse a ser empossado um novo governo, que seria uma marioneta de Hitler, chefiado por Mosley, ou alguém do género. E onde nos conduziria tudo isso? No caminho oposto, dispomos de enormes reservas e vantagens.

E terminou com um clímax quase shakespeariano:

> E estou convencido de que cada um de vós se ergueria e me arrancaria do lugar se por um instante eu considerasse a concertação ou a rendição. Se a longa história desta ilha está prestes a terminar, que termine apenas depois de cada um de nós estar prostrado no chão e afogado no próprio sangue.

Perante isto, todos os presentes se sentiram de tal forma comovidos, que (tanto segundo o relato de Dalton como o de Leo Amery) aplaudiram e gritaram, e alguns correram em redor da mesa para lhe dar palmadas nas costas.

Churchill dramatizara e personalizara o debate da forma mais brutal. Não se estava perante um qualquer minuete diplomático. Era preciso optar entre defender o país ou morrer afogado no próprio sangue. Foi um discurso de véspera de batalha que a todos convocou de alguma forma primitiva e tribal.

Quando o Gabinete de Guerra voltou a reunir às 19h00, a discussão já estava encerrada; Halifax desistiu do seu ponto de vista. Churchill tinha o apoio claro e visível do governo.

Um ano decorrido sobre essa decisão – combater e não negociar –, tinham morrido 30 000 homens, mulheres e crianças

britânicos, quase todos às mãos dos alemães. Pesando as duas alternativas – uma paz humilhante ou a chacina de inocentes – é difícil imaginar que qualquer político britânico da atualidade tivesse a coragem de seguir o caminho que Churchill seguiu. E nem em 1940 se vislumbraria alguém realmente capaz de exercer esse tipo de liderança – nem Attlee, nem Chamberlain, nem Lloyd George, nem seguramente a alternativa mais credível, o conde de Halifax.

Usando um trocadilho, Churchill deu a Halifax a alcunha de «Holy Fox», em parte por ser um homem religioso, em parte porque gostava das caçadas com cães, mas sobretudo porque tinha uma mente subtil como a da raposa. Mas se a raposa tinha muitas certezas, Churchill tinha uma certeza maior: estava disposto a pagar a fatura do carniceiro porque era ele e não Halifax quem estava a ver melhor as coisas. Churchill tinha a enorme e quase temerária coragem moral de compreender que o combate seria terrível, mas que a rendição seria ainda pior. E tinha razão. Para compreender porquê, basta imaginar um maio de 1940 sem ele.

CAPÍTULO 2

UM UNIVERSO SEM CHURCHILL

Regressemos a esse momento do dia 24 de maio de 1940, em que Heinz Guderian, um dos mais audazes comandantes de blindados da história, está na iminência de um triunfo histórico. Depois de ferozes combates, os seus *panzers* atravessaram o canal do rio Aa no norte de França. Fazem uma pausa, e os seus motores ronronam suavemente à luz do sol. Guderian prepara o assalto final contra os britânicos.

A sua presa está agora a menos de 30 quilómetros – 400 000 homens da Força Expedicionária Britânica, debilitados, amedrontados, antevendo a ignomínia da rendição. A Guderian basta-lhe acelerar os potentes motores Maybach, precipitar-se sobre Dunquerque, e o exército britânico será destroçado. No regresso a casa, a capacidade de resistência dos ilhéus esfumar-se-á. E é então que recebe uma mensagem de Berlim, uma decisão que posteriormente classificará de desastrosa.

Por razões não inteiramente claras, Hitler quer que ele se detenha; que aguarde; e, com extrema frustração, Guderian obedece. Nos dias que se seguem – e porque a evacuação é desesperantemente lenta – a jugular britânica fica lastimosamente exposta, pulsando indefesa sob o punhal nazi.

Neste contexto pavoroso, o Gabinete de Guerra britânico pondera o que fazer: negociar ou lutar. E agora retiremos Churchill da equação.

Recorramos a uma dessas mãos gigantescas dos Monthy Python e deixemos que ela o extraia dessa sala cheia de fumo. Imaginemos que foi ceifado muito novo, numa das inúmeras ocasiões em que apostou tão extravagantemente em desafiar a morte. Imaginemos que a sua absurda boa sorte se esgotara uns anos antes, e que fora trespassado por uma lança muçulmana ou abatido por um bacamarte de dez rupias, ou que se esbarrondara numa dessas máquinas voadoras de lona e cordas, ou que morrera nas trincheiras.

E deixemos o destino da Grã-Bretanha e do mundo nas mãos de Halifax, de Chamberlain e dos representantes dos partidos trabalhista e liberal. Teriam negociado com Hitler, tal como o ministro dos Negócios Estrangeiros propunha? Essa probabilidade parece esmagadora.

Chamberlain estava fisicamente debilitado, morreria de cancro poucos meses depois, e a impossibilidade de ser visto como um líder de tempo de guerra foi a principal razão do seu afastamento do cargo de primeiro-ministro. A posição de Halifax, já a conhecemos: queria negociar. Quanto aos outros, não tinham nem a dimensão parlamentar nem o instinto belicista para dirigirem o país contra Hitler num momento de terrível risco.

Foi Churchill – e apenas Churchill – que fez da resistência aos nazis a sua missão política. Em certo sentido, as suas objeções à proposta de Halifax tinham um conteúdo egoísta.

É que Churchill estava a lutar pela sua sobrevivência política, pela sua credibilidade, e estaria arrumado se cedesse a Halifax. O prestígio, a reputação, o futuro, o ego – tudo o que mais importa a um político – estavam apostados na causa da continuação do combate. E foi isso mesmo que levou alguns historiadores a cometerem o erro de pensar que tudo aquilo tinha que ver só com ele, e não com o interesse nacional.

Nos últimos anos tem surgido uma odiosa vaga de teses revisionistas a sugerir que a Grã-Bretanha devia, na verdade, ter feito o que tanta gente de todos os extratos sociais esperava e rezava que fizesse: celebrar um acordo com a Alemanha nazi. Segundo essas posições, o Império Britânico e o Reich Nazi teriam sido capazes de manter uma coexistência pacífica – e não sobra dúvida de que Hitler fizera o suficiente para encorajar tal ideia.

Na década de 1930, enviara Ribbentrop para aliciar as classes dirigentes e, diga-se, com um considerável sucesso. Diz-se que, em 1938, Halifax foi imprudente ao ponto de declarar ao ajudante de campo de Hitler que «a culminar a minha ação, gostaria de ver o Führer entrar em Londres ao lado do rei de Inglaterra sob o aplauso do povo inglês».

Como vimos, vários membros das classes alta e média tinham já manifestado uma lamentável afeição por Hitler – entre eles o antigo monarca Eduardo VIII. E mesmo agora, nestes dias infelizes de 1940, Hitler ia proclamando episodicamente a sua admiração pelo Império Britânico, e a opinião de que não era do interesse alemão esmagar a Grã-Bretanha, já que com isso apenas beneficiariam as potências rivais, a América, o Japão e a Rússia.

E ao que parece, nós, os britânicos, éramos também membros da raça ariana, embora não fôssemos geneticamente tão especiais como a variante teutónica. A Grã-Bretanha e o seu império poderiam sobreviver como uma espécie de sócio minoritário, plenos de interesse histórico mas basicamente imprestáveis – uma espécie de gregos de uma Roma nazi.

Muitos consideravam que esta indignidade era um preço que valia a pena pagar pela preservação do império e para evitar a carnificina. Não que as pessoas desejassem uma concertação com Hitler: apenas muitos a consideravam inevitável.

Era o caso dos franceses: o almirante Darlan, comandante da frota francesa, estava convencido de que a Grã-Bretanha seria derrotada e, em 1940, iniciou preparativos para se aliar com a Alemanha.

Era o caso também de muitos americanos: o embaixador em Londres na época – o escandaloso irlandês-americano Joe Kennedy, traficante de bebidas alcoólicas, burlão e pai de JFK – enviava a Berlim pedidos sucessivos de audiências com Hitler e a Washington mensagens de um fatalismo clamoroso. «A democracia em Inglaterra está condenada», proclamava em finais de 1940, pouco tempo antes de ser substituído.

Enganava-se, evidentemente, tal como se enganava Halifax, como se enganavam os apaziguadores, e como se enganam hoje os revisionistas. Mas para desmontar os seus contrassensos teremos de procurar compreender o que poderia ter acontecido se esses desejos se tivessem tornado realidade.

Sempre me pareceu problemático fazer história «contrafactual», pois parece-me que a chamada cadeia de causa e efeito nunca é absolutamente clara. Os acontecimentos não são como um jogo de bilhar, em que uma bola impele obviamente outra bola (e mesmo no bilhar há efeitos enganadores). Quando se retira um elemento de uma cadeia de fatores, nunca se sabe o que acontece aos outros. Mas de todos os «e se…» da história, este deve ser o mais popular. Muitos dos nossos maiores historiadores tentaram já esta experiência intelectual, e a conclusão a que chegam é praticamente unânime: retirar de cena a resistência britânica em 1940 seria criar as condições para um desastre insanável na Europa.

É praticamente seguro que Hitler teria vencido. Teria podido lançar a Operação Barbarossa (a ofensiva contra a Rússia) muito antes de junho de 1941, pois não teria os maçadores dos britânicos a criarem-lhe problemas no Mediterrâneo e no deserto do norte de África, a mobilizarem-lhe homens e armas.

Teria podido dirigir toda a sua fúria contra a Rússia, como sempre tencionara, mesmo quando, fazendo figas com os dedos, celebrou o pacto nazi-soviético. E é quase certo que se sairia bem e que a campanha não se atolaria num deserto gelado. Mesmo nas

circunstâncias históricas concretas, os êxitos da Wehrmacht foram espantosos: capturou milhões de quilómetros quadrados e milhões de homens; capturou Estalinegrado e chegou às estações do metropolitano nos arredores de Moscovo. Imagine-se se tivessem conquistado Moscovo, decapitado o regime comunista e precipitado Estaline num pavor de que não conseguisse livrar-se (ele já tinha sofrido um esgotamento nervoso quando os tanques alemães atravessaram as suas fronteiras).

Alguns historiadores abordaram as consequências de uma rápida implosão da tirania comunista – assistida, talvez, pela classe média vítima da coletivização – e da instalação de algum tipo de regime fantoche nazi. E depois?

Hitler, Himmler e o resto da camarilha diabólica teriam podido usar esta vasta tela, do Atlântico aos Urais, para pintar as suas tenebrosas fantasias de governação. Com a Grã-Bretanha excluída, não haveria ninguém para os deter, nem sequer com estatura moral para os denunciar.

Na América, teriam ganho os isolacionistas: se a Grã-Bretanha não queria arriscar as vidas do seu povo, porque haveriam de fazê-lo os Estados Unidos? E, em Berlim, Albert Speer teria prosseguido com os seus planos alucinados de uma nova capital mundial que seria chamada Germânia.

No seu coração, erguer-se-ia o Pavilhão do Povo, uma versão demencial do Panteão de Agripa em granito, um edifício tão vasto que a cúpula da catedral londrina de São Paulo caberia no óculo – o buraco circular no alto da cúpula. A planta permitia que acolhesse 100 000 pessoas sentadas, e os cânticos e gritos da multidão seriam tão prodigiosos, que se esperava a ocorrência de aguaceiros dentro do próprio pavilhão, já que as exalações ascenderiam, condensar-se-iam e precipitar-se-iam sobre as cabeças das fervorosas multidões de fascistas.

Esta estrutura de pesadelo seria encimada por uma águia gigantesca, e o conjunto assemelhar-se-ia assim a uma espécie de capa-

cete prussiano com 290 metros de altura, quase tão alto como o arranha-céus Shard de Londres. Em redor, resplandeceriam outros enormes símbolos de domínio: um arco duas vezes maior do que o Arco do Triunfo; terminais ferroviários colossais, de onde sairiam comboios transportando colonos alemães a 190 km/h para o mar Cáspio, para os Urais, e para outras regiões da Europa Oriental, de onde os *Untermenschen* eslavos teriam sido expulsos.

Todo o território europeu (com exceção da Suíça, embora também existissem planos para a invadir) seria domínio do Reich ou de Estados fascistas clientelares. E, como muitos romancistas contrafactuais diagnosticaram, havia uma profusão de planos para transformar o território numa versão sinistra da União Europeia.

Em 1942, o ministro da Economia do Reich e presidente do Reichsbank, Dr. Walter Funk, escreveu um ensaio em que pugnava pela formação de uma Europäische Wirtschaftgesellschaft – um Mercado Comum Europeu. Propunha uma moeda única, um banco central, uma política agrícola comum e outras ideias familiares. Ribbentrop propôs um sistema de contornos semelhantes, embora, para sermos justos, Hitler se tenha oposto com a argumentação de que não era satisfatória para o resto da União Europeia Nazi.

Nessa UE Nazi controlada pela Gestapo, as autoridades teriam pulso livre para prosseguir com a sua odiosa ideologia racista. Os nazis tinham começado as perseguições na década de 1930, muito antes de Churchill assumir o poder e de decidir continuar a combater, deslocando populações de judeus e polacos.

Estavam a criar guetos próximos de entroncamentos ferroviários, como prelúdio para a «deportação», e, como Eichmann confessou mais tarde durante o seu julgamento, deportação significava eliminação. Sem serem controlados, e sem uma maioria crítica, os nazis teriam continuado o massacre de todos os que condenavam – judeus, ciganos, homossexuais, doentes mentais e deficientes físicos. Teriam dado largas à imaginação na realização das suas ex-

periências sobre o corpo humano, medonhas, amorais, desumanas e arrogantes, para lá de tudo o que é imaginável. Winston Churchill acertou em cheio quando, nesse verão de 1940, falou de uma Europa a mergulhar «no abismo de uma nova Idade das Trevas, que as luzes da perversão científica tornavam mais sinistra e talvez mais duradoura».

Esse seria, portanto, o mundo alternativo mais provável. Mas, ainda que Hitler não tivesse sido bem-sucedido na Rússia, ainda que Estaline tivesse rechaçado a sua ofensiva, poderia a vida ter sido muito melhor?

Teríamos ficado perante uma divisão da Europa entre duas formas de totalitarismo: de um lado, um mundo sujeito ao terror do KGB ou da Stasi, do outro, um mundo sujeito aos indivíduos da Gestapo, com as populações a viverem com medo de batidas na porta a meio da noite, prisões arbitrárias, campos de concentração, e incapazes de protestar.

Dos cerca de 200 países do mundo de hoje, 120 podem proclamar-se democracias deste ou daquele tipo, e consagram o direito dos eleitores de determinarem o seu próprio destino. A maior parte do mundo pode dizer que a democracia é o pior sistema de governo com exceção de todos os outros. Mas se Hitler e Estaline tivessem prevalecido – ou se um deles tivesse prevalecido – alguém acredita sinceramente que a democracia tivesse o trono que hoje tem?

Com o hábito supersticioso de considerarem que há justiça e equidade no curso da história, os seres humanos teriam assimilado uma lição sombria: que os deuses haviam sorrido às tiranias, e que a tirania era, portanto, o que a nossa incompetente espécie precisava.

Na Grã-Bretanha também teríamos interiorizado essa falência moral – e é bastante fácil imaginar como Halifax (ou Lloyd George, ou quem quer que fosse) teria persuadido o eleitorado de que aquela era a paz por que ansiavam – e indubitavelmente estaríamos a iludir-nos.

Julgar-se-á, porventura, que mediante tal cobardia a Grã-Bretanha teria comprado a paz aos nazis? Como Churchill advertiu o Gabinete de Guerra, qualquer acordo celebrado com Hitler iria traduzir-se no desarmamento da frota e numa debilitação fatal da capacidade britânica de longo prazo para se defender ou contra-atacar.

E o ponto crucial era sem dúvida este: que nenhum acordo com Hitler podia ser considerado fiável. As advertências de Churchill sobre o nazismo já tinham sido esmagadoramente confirmadas e vinha-as fazendo desde a década de 1930, quando assistira a grandes desfiles de jovens hipnotizados na Alemanha. Foram inúmeros os artigos de jornal e os discursos em que retratou o ânimo malévolo que muitos preferiram não ver, ou seja, o revanchismo e a agressividade medular do regime nazi. As suas ideias tinham recebido, agora, confirmação clamorosa no que respeitava à Renânia, à Checoslováquia, à Polónia, e à necessidade do rearmamento da Grã-Bretanha.

Vários historiadores contrafactuais chamaram a atenção para o facto de os nazis estarem muito avançados em relação aos seus adversários no desenvolvimento de algumas das armas mais letais do século XX: dispunham dos primeiros aviões a jato e dos primeiros mísseis balísticos. Imagine-se se a urgência de derrotar os soviéticos tivesse levado os cientistas alemães a produzirem a primeira bomba atómica.

Imaginem esse destino para Grã-Bretanha, todos os que se interrogam secretamente sobre se o país não teria ficado mais bem servido com uma negociação. A Grã-Bretanha ter-se-ia encontrado sozinha perante todo um continente hostil e unido sob a bestialidade de um totalitarismo, com ogivas nucleares ameaçadoramente montadas nas rampas de lançamento dos V2 de Peenemünde. Seria uma nova escravatura ou coisa pior.

Não foi por causa de alguma costela anglófila secreta que Hitler ordenou a Guderian que detivesse os seus tanques junto ao rio Aa. Não foi por nenhum sentimento de fraternidade em relação

a outros ramos da raça ariana que deteve o golpe. A maioria dos historiadores credíveis concorda com Guderian: o Führer cometeu simplesmente um erro, porque ficou desconcertado com a rapidez da conquista e teve receio de uma contraofensiva.

A verdade é que via a Grã-Bretanha não como um parceiro potencial mas como um inimigo, e que apesar das divagações ocasionais sobre as qualidades do Império Britânico também exigiu a completa aniquilação das forças britânicas. E não foi por nutrir qualquer desejo de poupar os britânicos que abandonou o seu complexo plano de invasão da Grã-Bretanha (a Operação Leão-Marinho).

Se o fez, foi porque a operação se tornara demasiado arriscada e porque havia um homem que incitava o país a combater nas praias e nas montanhas e nos pontos de desembarque, e que até proclamava perante o seu governo que preferia morrer sufocado com o seu próprio sangue a render-se[1].

A Operação Leão-Marinho não era apenas uma invasão, era uma operação de subjugação. Hitler pretendia remover a coluna de Nelson da Praça de Trafalgar e instalá-la em Berlim. Göring tinha planos de pilhagem de toda a coleção da National Gallery. Iam inclusivamente – infâmia das infâmias – enviar os mármores de Elgin para Atenas, então sob jugo nazi. Os nazis tinham elaborado uma lista negra de personalidades britânicas conhecidas por serem especialmente antinazis e que seriam provavelmente detidas ou fuziladas. Himmler chegou a propor a morte ou a escravização de 80% da população britânica.

Eram esses os potenciais frutos da negociação que Halifax propunha. Os britânicos não seriam apenas cúmplices da tirania totalitária que varria a Europa; parece mesmo possível, ou mesmo provável, que viessem eles próprios a ser esmagados.

[1] Discurso de Churchill perante a Câmara dos Comuns em 4 de junho de 1940: «We shall fight on the beaches, we shall fight on the landing grounds, we shall fight in the fields and in the streets, we shall fight in the hills; we shall never surrender.» (*N. do T.)*

Se a Grã-Bretanha tivesse celebrado um acordo em 1940 – e este é o ponto derradeiro e mais relevante – não teria havido libertação do continente. O nosso país não teria sido um porto de abrigo para a resistência, mas um tenebroso Estado clientelar da infernal UE Nazi.

Não teria havido treinamento de soldados polacos pelo exército britânico, não teria havido pilotos checos nas fileiras da RAF, não teria havido franceses livres na expectativa esperançosa de porem termo à sua humilhação nacional.

Acima de tudo, não teria havido a lei do empréstimo-arrendamento nem os *liberty ships*,[1] nem a política de Churchill para persuadir a América a abandonar o isolacionismo; e, obviamente, não teria havido a expectativa de um Dia D nem heroismo e sacrifício em Omaha Beach, nem esperança de que o Novo Mundo acorresse com todo o seu poderio e força a resgatar o Velho.

Os americanos nunca teriam entrado nesse conflito europeu se a Grã-Bretanha tivesse errado de tal maneira e tivesse sido tão louca que tivesse optado por um acordo em 1940. Olhando para o passado, é incrível constatar como estivemos perto desse acordo e como era grande o apoio a essa ideia.

Não sei se é correto olhar para a história como se ela corresse sobre carris, mas imaginemos a história de Hitler como um desses enormes e imparáveis comboios expressos de dois andares, que ele encomendara, uivando noite fora com uma carga de colonos alemães.

Imaginemos essa locomotiva zunindo rumo à vitória final. Depois, imaginemos um rapazito pendurado na balaustrada da ponte

[1] *Lend-Lease* – programa americano, aprovado em março de 1941, de fornecimento de armamento e abastecimentos por empréstimo ou a crédito à Grã-Bretanha, União Soviética, China, França livre, e outras nações aliadas. *Liberty ships* – cargueiros construídos nos EUA a partir de 1941, segundo um projeto original inglês. De construção rápida e económica, sairiam dos estaleiros americanos mais de 2000 destes navios até 1945, que asseguraram o abastecimento das potências que combatiam o eixo. (*N. do T.*)

sobre a via-férrea, e que deixa cair um pé-de-cabra que fica encravado nos carris, precipitando todo o empreendimento num desastre homérico – uma montanha de ferro retorcido e fumegante. Winston Churchill foi o pé-de-cabra do destino. Se não tivesse estado onde esteve, se não tivesse resistido, o expresso nazi teria singrado. Tendo em conta os passos anteriores da sua carreira, só a sua presença já constituiu um milagre.